

RAÇA E CIÊNCIAS: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA

Carolina Queiroz Santana¹
Luís Felipe Silva da Paixão Brandão²
Creuza Souza Silva³

Resumo: A escola brasileira é constituída de uma diversidade cultural muito grande, faz parte do trabalho docente englobar tais culturas no processo de ensino. No ano de 2003 foi implementada a Lei 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história da África e Cultura Afro-Brasileira em todo o currículo escolar. Assim, o presente trabalho vem discutir como está ocorrendo a formação de professor para que tal lei seja atendida. Um agravante é encontrado ao refletir sobre a formação inicial do professor de química, e de ciências da natureza e exatas. As grades curriculares desses cursos ainda tendem a uma valorização exacerbada das técnicas, e acabam por reproduzir o conhecimento baseado em estereótipos criados por visões colonizadoras. A má formação dos professores vem implicando numa visão de ciência e de cientista fragmentada e destoante da realidade, pouco se leva em conta as contribuições do povo africano e afro-brasileiro para a ciência. Mediante a isso, foi aplicada uma oficina de curta duração, durante uma disciplina do curso de Licenciatura em Química, com o intuito de observar como vem ocorrendo a formação de futuros professores de química frente aos debates étnicos-raciais. Notamos que existem lacunas muito grande na formação dos professores de química, que não são preparados para atuar com temas relacionados a história e cultura Africana ou Afro-brasileira em sala de aula.

Palavras-chaves: Cultura Afro-Brasileira. Formação de professores. Lei 10.639/03.

Abstract: The brazilian school is one of a very large cultural diversity, it is part of the teaching work to include such cultures in the teaching process. In 2003, was implemented the Law 10.639/03 which deals with the obligatoriness teaching of African history and Afro-Brazilian culture throughout the school curriculum. Thus the present work discusses how the formation of the teacher is taking place so that such law is attended. An aggravating factor is found when reflecting the chemistry teacher's training, and of the exact and natural sciences. The curricular grades of these courses still tend to an exacerbated appreciation of the techniques, and end the use of stereotypes by colonizing vision. The poor training of teachers is implying a vision of science and a fragmented scientist and of reality, little consideration is given to the contributions of the African and Afro-Brazilian people to science. This study was built in the workshop of short during in Chemistry graduation course with the aim of achieving the same situation as the training of future chemistry professors in face of ethnic-racial debates. News that there are very

¹Licencianda em Química. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: carolinaufrb@gmail.com

²Licenciando em Química. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: felipepaixãoufrb@gmail.com

³Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: creuzasilvante@ufrb.edu.br

large gaps in the training of chemistry teachers, who are not prepared to act with themes related to African and Afro-Brazilian history and culture in the classroom.

Keywords: Afro-Brazilian culture. Teacher training. Law 10.639/03.

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte da inquietação que nos foi gerada durante nosso processo de formação enquanto futuros docentes de química, que se concentra na falta de discussões e reflexões a respeito das questões étnico-raciais. Acreditamos que o período da licenciatura deve proporcionar ao futuro professor, diálogos sobre experiências que serão encontradas na prática preparando-os para a realidade futura.

Contudo, mais de uma década depois que a Lei 10.639/03 – que trata da obrigatoriedade do ensino de Cultura e História Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica - e do Parecer Nº. 1/04 do CNE - que estabelece as Diretrizes Curriculares das Relações Étnico-Raciais – é inaceitável que discussões que trabalhem as questões de raça na universidade ainda sejam tão raras.

Um agravante é encontrado ao refletir sobre a formação inicial do professor de química, e de ciências da natureza e exatas. As matrizes curriculares desses cursos ainda tendem a uma valorização exacerbada das técnicas, e acabam por reproduzir o conhecimento baseado em estereótipos criados por visões colonizadoras. A má formação dos professores vem implicando numa visão de ciência e de cientista fragmentada e destoante da realidade, pouco se leva em conta as contribuições do povo africano e afro-brasileiro para a ciência.

Galgado na ingenuidade do mito da “Democracia Racial” muitos futuros professores vêm sendo induzidos a acreditarem que o Brasil já superou o racismo a muito tempo. Assim, a tendência é que esta prática seja reproduzida nas escolas, onde muitos alunos não se sentem representados, e quando fala sobre os negros volta-se a questão da escravidão, negligenciando-se todas as contribuições desse povo.

De acordo com Silva (2009),

O frequente ensino e aprendizagem acrítico de Ciências, engajam professores/as e estudantes na manutenção do racismo. Isso porque o ensino de Ciências incorpora uma forma de propaganda racista sutil, difícil de ser detectada, principalmente tendo em vista que essa forma de conhecimento é comumente percebida como politicamente neutra.

Ao percebermos a falha presente em nosso curso de Licenciatura em Química com relação a este tema, pensamos no planejamento e aplicação de uma oficina, com objetivo de proporcionar reflexões aos futuros docentes, e obtermos informações de como está ocorrendo a sua formação durante a graduação. Para isso, o público alvo escolhido foi cerca de 10 alunos

que cursavam a partir do 7º semestre o curso de Licenciatura em Química. A oficina foi de curta duração, servindo de base para investigação e futuras intervenções. Neste contexto, este artigo faz um recorte sobre o tema e discute os resultados obtidos durante a aplicação da referida oficina.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Representatividade, Ciência e Formação de professores

Pesquisas na área de educação vem se redirecionando no sentido de pensar o multiculturalismo. Dessa forma, reflete-se como muitas culturas são negligenciadas e em contraste, outras são valorizadas, isso fica evidente ao pensarmos no “genocídio epistemológico” frente a cultura africana, causado pelo eurocentrismo. Mesmo no Brasil - país com grande parte da população afrodescendentes – as escolas ainda tendem a seguir um padrão branco e colonizador (FERREIRA, 2009).

Quando se pensa no ensino de ciências, a tendência é que tal padrão seja reproduzido de forma ainda mais latente, visto que se criam estereótipos do cientista como sendo homem e branco e se pensa a história da ciência apenas do ponto de vista europeu. Além disso, vale ressaltar as dificuldades enfrentadas por um pesquisador (a) negro em alcançar o sucesso em um ambiente tão estigmatizado (ROSA, 2015).

Tais fatores nos fazem questionar os motivos pelo qual surgem tais limitações que são impostas à cultura e ao povo negro, que em nossa sociedade, configura-se como racismo. Antes de mais nada é importante compreender que por vezes, a própria ciência foi utilizada para difundir discursos racistas, por meio de conhecimentos relacionados a genética para justificar a inferioridade intelectual do povo negro. Neste cenário surge a palavra “Raça” utilizada para designar diferenças genéticas dos povos. Atualmente este termo não é mais utilizado partindo de pressupostos genéticos, visto que tais teorias não tinham verdadeiro fundamento (PAULA, 2006).

Pensando a sociedade Brasileira, é comum ver como o racismo é difundido na mesma e consequentemente no meio acadêmico, de diferentes maneiras. Historicamente podemos ressaltar a política de “Branqueamento” iniciada no século XIX, em que nosso país “abriu as portas” para muitos imigrantes europeus e a população negra foi levada a uma situação de miséria. Tal situação acarretou no início do século XX às políticas e teorias de mestiçagem, agora dizia-se que no Brasil não existia racismo, já que de alguma maneira todos tinham o sangue negro. Contudo, por trás dessa teoria, o racismo ganhava cada vez mais força, negando-

se à população negra instrumentos para a “superação da exclusão por meio da afirmação da sua identidade racial étnica e cultural” (PAULA, 2006, p. 3).

Por fim, com a defesa de que, a existência das "raças" não se explica a partir da genética, tem-se multiplicado os discursos de que "raça não existe", "não existem negros no Brasil", e outras “baboseiras” da mesma natureza, fundamentadas no "achismo sobre o que ouvi dizer", sem compreender que a genética não explica o racismo e a exclusão social dos negros porque este é um problema social e histórico, e não genético, e usar estudos sérios realizados pela ciência para justificar seus discursos racistas não tem nada de científico (PAULA, 2006, p. 3).

Diante do citato, fortaleceu-se no Brasil o discurso da “Democracia Racial”, que garante que o racismo já foi superado, instaurando-se uma ideia de igualdade. Na prática, isso não passa de um mito, sendo observado como a desigualdade é real tanto em situações corriqueiras, quanto no que se refere a índices de acesso a academia, às ciências e à política, ou seja, a ambientes que refletem situações de poder. Isso gera inúmeros impactos na sociedade, sendo um deles a falta de representatividade.

O maior agravante é o fato de o Brasil ser pródigo em leis que se transformam em “letra morta”. A situação se torna mais preocupante quando se trata de temática tão “problemática”. Vivíamos sob a égide da democracia racial e são muitos os que concordavam com os nossos currículos, livros e procedimentos didáticos racializados e eurocêntricos. Em função disso, a temática sobre afro-brasileiros — e agora também indígenas — enfrenta a falta de preparo acumulada pela descontinuidade histórica na escola, sobretudo como política de ação educativa. Falta produzir conhecimento e integrá-lo aos demais assuntos pedagógicos apresentados para reflexão (FERREIRA, 2009, p. 236).

As escolas, em boa parte, ao invés de colaborar na superação do racismo, vem reproduzindo-o, ignorando o seu dever de colaborar para a construção de uma sociedade mais igualitária. São negadas as contribuições históricas do povo africano, e pouco se fala e valoriza sua cultura, isso acarreta na falta de representatividade, em que os alunos negros por vezes não conseguem se “enxergar” nas situações aprendidas na escola. Um exemplo é ao pensarmos nos cientistas que são estudados durante o período escolar, raramente os livros didáticos apresentam a contribuição de algum negro. A situação agrava-se ainda mais se pensarmos no papel da mulher negra na ciência que é intensificado pelo preconceito de gênero.

Para além disso, é importante discutir se a formação do profissional em educação que atua nas escolas. De que forma o professor é preparado para trabalhar as diferentes culturas no ambiente escolar? Ao refletir-se sobre isso, notamos a gênese de como o problema tende a ser reproduzido. Primeiramente as discussões nessa área são recentes e os professores precisam passar por formações e capacitações que os preparem para estas situações. Segundo, a universidade deve proporcionar uma formação inicial aos professores de todas as áreas, que valorizem discussões sobre tal temática.

Sendo assim, vale ressaltar a importância da formação desses profissionais na construção de um currículo que contemple as novas demandas da sociedade brasileira, hoje voltadas para a promoção da equidade social e a atenção para a diversidade cultural. A consequência imediata disso é a necessidade de construção teórica de um currículo crítico (GIROUX, 1986; APPLE, 1982; FREIRE; SHOR, 1997), que possibilite ao professor o resgate da cultura que o aluno é portador e não se limite apenas a prescrever o que deve ser ensinado (FERREIRA, 2009, p.229).

Oliva (2003), chama atenção que poucos professores, tiveram em sua graduação um conhecimento elaborado sobre a história da África,

muitos professores formados ou em formação, com algumas exceções, nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a História da África. Soma-se a esse relevante fator a constatação de que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nesses níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o Continente. Os alunos passam assim, a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações (p. 428).

Acreditamos que na luta contra o racismo, a escola possui o papel de contribuir e consolidar a busca pela igualdade. Para isso, um dos primeiros passos a ser pensado é a formação de professores capacitados a pensar um currículo escolar que leve essas discussões para a sala de aula e que valorize as diferentes culturas. Tais questões devem ser responsabilidades dos professores das mais variadas áreas do conhecimento, proporcionando a representatividade tão desejada no ambiente escolar.

Implementação da Lei 10.639/03

Diante da busca por uma sociedade mais igualitária algumas políticas vêm sendo estabelecidas, por exemplo, a instauração de cotas raciais em vestibulares e concursos públicos. Um destaque deve ser dado a implementação da Lei 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história da África e Cultura Afro-Brasileira. A referida lei altera os seguintes artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Devemos destacar ainda o Parecer N°. 1/04 do CNE que estabelece as Diretrizes Curriculares das Relações Étnico-Raciais. Tais documentos apresentam a possibilidade de acabar “(...) com o paradigma eurocêntrico e estimula[m] alterações nas formulações de políticas educacionais, na medida em que pode[m] implicar a ampla modificação curricular inclusive nos cursos de formação de professores” (RODRIGUES, 2005, p. 63). Assim almeja-se, uma maior visibilidade desses sujeitos no ambiente educacional, buscando a superação de situações de racismo.

Estes documentos são fundamentos legais atribuídos a todas as escolas tanto públicas quanto privadas, que garantem o estudo da História da Cultura das populações Africanas e Afro-Brasileira, além de garantir que estes conteúdos devem ser trabalhados em todos os cursos de licenciatura a nível nacional. Contudo, é perceptível que passados mais de uma década que tais leis foram estabelecidas, não é isso que vem ocorrendo. Tanto a educação básica quanto o ensino superior seguem negligenciando e não valorizando tal demanda (PAULA, 2006)

Ademais, a Lei nº 10.639/03, destaca a importância de se trabalhar a História e Cultura Afro-Brasileira nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras, deixando claro que os conteúdos devem ser trabalhados em todo o currículo escolar. Diante disso, notamos como os professores da área de ciências exatas e naturais, tomam tal demanda como não sendo de sua responsabilidade, e segue suas aulas sem levar em conta tais questões. A formação do professor desta área, na maioria das vezes, também não proporciona estas reflexões, deixando-se a cargo, erroneamente, das áreas de humanas, o dever de fazer cumprir a lei.

METODOLOGIA

Foi elaborada uma oficina de curta duração, que foi realizada durante a disciplina Oficinas de Produção para o Ensino de Química do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A turma era composta por cerca de 10 licenciandos que estavam entre o 7º e 8º semestres do curso de graduação, ou seja, a maior parte da turma já se encontrava prestes a concluir o curso.

A oficina foi dividida em três momentos. O primeiro deles foi uma breve sondagem, com o intuito de averiguar as ideias que os futuros professores possuíam a respeito da intersecção raça e ciência, verificando como vinha ocorrendo a formação dos mesmos. Além dessa função de diagnóstico, este primeiro momento teve uma função formativa, em que foi apresentada aos alunos alguns dados estatísticos sobre a inserção de pessoas negras na escola e

nas ciências, e também sobre a Lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade de se trabalhar a História e Cultura Afro-Brasileira em todo o currículo escolar.

No segundo momento, utilizamos a Letra de um Rap intitulado “Pedagoginga” de Thiago Elninõ para iniciar uma parte mais prática da oficina. A letra do Rap falava sobre a falta de representatividade sobre a cultura negra na escola brasileira, que faz com que muitos afrodescendentes não se encontrem em tal ambiente. Primeiramente o Rap foi apresentado em vídeo para que os licenciandos pudessem compreender todo o contexto da letra através da musicalidade e entonação de voz. Em seguida a letra impressa foi distribuída e foi solicitado aos participantes que fizessem reflexões a respeito da mesma.

No terceiro e último momento abriu-se um debate, em que foram consideradas as vivências e perspectivas apresentadas pelos discentes. Através de uma discussão em grupo fomentando o diálogo com questionamentos, coletou-se os dados por meio das discussões e comentários, para posterior análise.

Os dados coletados na pesquisa foram organizados e analisados de acordo com a Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (2007, apud CALVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014),

se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Desta forma, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos (p.14).

Para a análise, os dados obtidos foram “classificados segundo categorias (análise categorial), ou seja, desvelando o sentido de uma comunicação no momento do discurso” (CHIZZOTTI, 1998, p. 98). A priori, foram estabelecidas as seguintes categorias:

- Limites na Formação do Professor de química sobre a história e cultura africana e afro-brasileira;
- Vivências dos licenciandos em química sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

Na Categoria Limites na Formação do Professor de química sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, foram discutidos os comentários realizados no primeiro momento da discussão em que foram realizados questionamentos a respeito de como vinha ocorrendo a formação desses futuros professores com relação às questões étnico-raciais, além da discussão sobre a Lei 10.639/03. Já na Categoria Vivências dos licenciandos em química sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, foi abordada a discussão feita por meio da letra do rap

“Pedagoginga”, alguns enquanto negros apresentaram suas experiências durante a fase escolar, estes e os demais falaram de suas experiências durante os estágios curriculares, programas de iniciação à docência e prática docente, visto que alguns licenciandos já atuavam na educação básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos foram organizados e analisados segundo as seguintes categorias:

Limites na Formação do Professor de química sobre a história e cultura africana e afro-brasileira

Considerando a heterogeneidade da sociedade brasileira, a escola desenvolve um papel importante como espaço de diálogos e luta contra o racismo. De tal maneira o professor deve ter ciência da importância de trabalhar os diferentes contextos e culturas em sala de aula, por meio de um processo dinâmico e contextualizado. Através desse processo o aluno poderá sentir-se inserido e representado no ambiente educacional, possibilitando melhores perspectivas.

Dessa maneira um dos passos a serem dados para que tais melhorias sejam alcançadas se refere a formação do professor. Tanto em uma perspectiva inicial quanto continuada o professor deve ser formado refletindo as contribuições das diversas culturas, e como trabalhar com a diversidade presente em sala de aula. Dessa maneira, tanto no currículo específico (com disciplinas que trabalhem Educação e Africanidades), quanto nas discussões de outras disciplinas, faz-se necessário para a formação do futuro professor presenciar diálogos étnico-raciais.

Nesta perspectiva, no primeiro momento, questionamos aos alunos se durante seu processo formativo eles tiveram contato com alguma disciplina que trabalhasse questões étnico-raciais tanto relacionada à educação como um todo, quanto relacionada às ciências. A resposta foi unânime, e nenhum dos futuros professores tinham feito disciplinas e/ou discussões dessa temática. Até o momento não havia sido implementada a disciplina Educação e Africanidades, e não existia nenhuma disciplina nem de caráter obrigatório ou optativa no currículo.

Em seguida questionamos se eles já haviam tido contato com tais discussões em disciplinas específicas de química ou educação em química, ou até mesmo em outros espaços acadêmicos. Diante dessa pergunta foram destacadas as seguintes respostas:

Durante toda minha trajetória na universidade, é a primeira vez que participo de uma discussão sobre esse tema. Na verdade, nunca tinha realizado uma reflexão do quanto é importante trabalhar esse tema (Licenciando 1).

Acredito que precisamos avançar muito nesse sentido, e incluir essas discussões até mesmo nas disciplinas de química, pois não estamos sendo preparados para encarar essa realidade na sala de aula (Licenciando 2).

Diante dos trechos destacados podemos observar as lacunas presentes na formação desses futuros professores. De fato, não há uma preocupação em trabalhar com questões históricas dentro do ensino de química, e quando se trabalha nesse sentido é abordada apenas uma história eurocêntrica. Assim as disciplinas específicas, acabam por não abordar tais questões. A situação se torna mais crítica ainda quando observamos que a falta dessa discussão é grande até mesmo em outros ambientes.

No que se refere ao reconhecimento da Lei 10.639/03, a maioria dos participantes a conheciam de forma superficial, devido a divulgações midiáticas. Alguns alunos ressaltaram como muitas vezes dá a entender, por falta de conhecimento das especificidades dessa lei, que a obrigatoriedade deve ser vinculada apenas ao ensino de história, assim o professor de química acaba por achar que não precisa trabalhar tais questões.

Vivências dos licenciandos em química sobre a história e cultura africana e afro-brasileira

Essa categoria traz discussões realizadas diante do Rap Pedagoginga de Thiago Elninõ. O rapper se inspirou no livro “Pedagoginga, Autonomia e Mocambagem” de Allan de Rosa, o termo “pedagoginga” seria uma mistura da pedagogia, enquanto saber sistematizado, com a ginga do saber popular. Ou seja, seria a educação a partir da realidade brasileira, levando-se em consideração os aspectos culturais, históricos e sociais que englobam os afro-brasileiros e que necessitam serem trabalhados na sala de aula.

Mediante a isso, foi solicitado que os licenciandos grifassem os trechos do Rap, que tinham a ver com alguma experiência vivida, seja como professor, seja com discente frente a essa realidade. Ou até mesmo alguma consideração a ser feita sobre algum trecho que lhes chamaram atenção.

O verso a seguir foi destacado por alguns dos licenciandos. Ele demonstra a falta de representatividade histórica que a população afro-brasileira encontra na escola. Dessa maneira é negligenciado o acesso ao conhecimento de maneira efetiva a estes alunos que não encontram motivação no ambiente escolar.

“Não! Abre logo a porra do cofre
Não tô falando de dinheiro, eu falo de conhecimento
Eu não quero mais estudar na sua escola
Que não conta a minha história, na verdade me mata por dentro”.

Foi debatido como essas questões são presentes nas escolas, em geral o número de evasão de crianças negras é muito maior que crianças brancas. A sensação apresentada pelos licenciados é que não se dá uma importância para uma educação pública de qualidade. Assim, é comum ver um alto índice de reprovação e evasão por parte desses alunos, sendo que algumas vezes eles não sentem interesse pelo conteúdo devido à falta de articulação com seu contexto.

A seguir é apresentado outro trecho destacado.

“Quando todo campo de conhecimento é válido
Só tem que o homem pálido
Nos vende que somente o seu que serve
Levanta-se a voz daquele que se atreve”

Através da fala de um dos Licenciandos foi debatido como a Lei 10.639/03 não é exercida de forma coerente na escola. Infelizmente em muitas escolas a introdução da história afro-brasileira ainda ocorre apenas sob os aspectos do período da escravidão no Brasil. Não se discute como a cultura africana contribuiu para a formação da cultura brasileira, e pensando no ensino de química não se discutem as contribuições do povo negro para a história dessa ciência.

O trecho abaixo deixa claro a ideia da importância da representatividade e da relação da escola com o contexto escolar do aluno.

“Mano, vou te falar ein, ô lugar que eu odiava
Eu não entendia porra nenhuma do que a professora me falava
Ela explicava, explicava, querendo que eu
Criasse um interesse num mundo que não tinha nada haver com o meu.”

Uma das licenciadas relatou que já observou como muitos alunos não despertam interesse pela química justamente por trazer os conteúdos sem uma devida contextualização. Muitas vezes os alunos não compreendem nem mesmo do que se trata determinados conteúdo e acabam caindo no hábito de memorizar. Dessa maneira, seria muito mais interessantes aulas que levassem em conta questões históricas ou do contexto social do aluno.

Com relação ao próximo trecho discutiu-se sobre os livros didáticos.

“Não sei se a escola aliena mais do que informa
Te revolta ou te conforma com as merdas que o mundo tá
Nem todo livro, irmão, foi feito pra livrar
Depende da história contada e também de quem vai contar”

Um dos licenciandos destacou esse trecho trazendo para o debate a questão do livro didático de Química. Há uma tendência em se inserir boxes sobre a história da química nos livros didáticos, porém a aluna relatou que nos livros que ela conhecia não era abordada a história do povo africano, ou seja, fica evidente, até nos materiais didáticos, a existência de um genocídio epistemológico.

Os últimos versos destacados falam da importância do Hip-hop como instrumento de educação e representatividade.

Pra mim contaram que o preto não tem vez
E o que que o Hip-Hop fez? Veio e me disse ao contrário
A escola sempre reforçou que eu era feio
O Hip-Hop veio e disse: “Tu é bonito pra caralho”

Duas considerações importantes foram feitas sobre esse trecho, a primeira delas diz respeito a como muitas vezes nas escolas tendemos a reproduzir padrões de beleza estereotipados que favorecem ainda mais a disseminação do racismo, causando muitos problemas de auto-aceitação e baixa auto-estima. O segundo ponto se refere a como devemos valorizar a cultura negra, por exemplo, a cultura Hip-Hop, muitas vezes é difundida uma ideia marginalizada sobre o Hip-Hop, no entanto como o próprio trecho ressalta que esse movimento é muito importante para fortalecimento da identidade negra. Além disso, há muitos trabalhos educativos atrelado ao Hip-Hop, ao levar, a letra de uma música para a sala de aula o aluno vai reconhecer algo de sua cultura sendo valorizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, no que diz respeito à matriz curricular dos cursos de licenciatura, deve-se prezar pelo preparo adequado nas questões étnico-raciais na formação docente. Isso se torna ainda mais agravante, quando olhamos para as características étnicas dos estudantes do estado da Bahia, que tem uma considerável população negra. Democratizar o ensino e combater o racismo, se fazem necessários na Educação Básica, para tal, uma formação docente que contemple com assuntos e pautas para o pleno cumprimento da lei 10.639/03 são relevantes.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, C. M. S. Formação de Professores à luz da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: nova tendências, novos desafios para uma prática reflexiva. **Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**. São Paulo, v. 3, n.5, p. 224-238, 2009.

BRASIL. **Lei Federal no 10.639, de 09 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira”, e da outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003L10.639.htm>. Acessado em 27 de junho de 2018.

OLIVA, A. R. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos (UCAM. Impresso)**, Rio de Janeiro, v. 25, n.3, p. 421-461, 2003.

PAULA, B. X.; PERÓN, C. M. R. A formação docente e a implementação dos estudos de história e cultura da África e afro-brasileira. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O HISTORIADOR E SEU TEMPO. São Paulo, 2006. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP – UNESP/Assis, 2006.

ROSA, D. K. A (pouca) presença de minorias étnico-raciais e mulheres na construção da ciência. In: XXI SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA. Uberlândia, 2015. **Anais...** Uberlândia: SNEF:2015

RODRIGUES, T. C. **Movimento negro no cenário brasileiro: embate e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SILVA, D. V. C. **A educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências: diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.